

Desenvolvimento territorial desigual e suas relações com a Agência das Mulheres e a herança de Capital Cultural: lições do Sul do Brasil *

AIRTON ADELAR MUELLER **

Resumo: O artigo desenvolve o argumento de que a distribuição espacial das mulheres em idade economicamente ativa e dos adultos analfabetos podem ser elementos subjacentes aos indicadores da dimensão Educação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para tanto, busca-se apoiado nos conceitos de Agência e Agência das Mulheres (Amartya Sen) e de Capital Cultural (Pierre Bourdieu) e emprega-se metodologia quantitativa. Os resultados corroboram as assertivas teóricas aqui consideradas, evidenciando que a maior presença de mulheres na faixa etária em questão vem acompanhada de melhor desempenho no IDH-M Educação e, de modo contrário, a maior presença de adultos analfabetos representa piores resultados neste quesito. Desta forma o estudo traz à tona a necessidade de se dar maior atenção às temáticas de gênero e alfabetização de adultos quando se discute desenvolvimento local e/ou regional.

Palavras-chave: Capital Cultural; Agência das Mulheres; Desigualdades Espaciais.

Unequal territorial development and its relations with the Agency of Women and the heritage of Cultural Capital: lessons from Southern Brazil

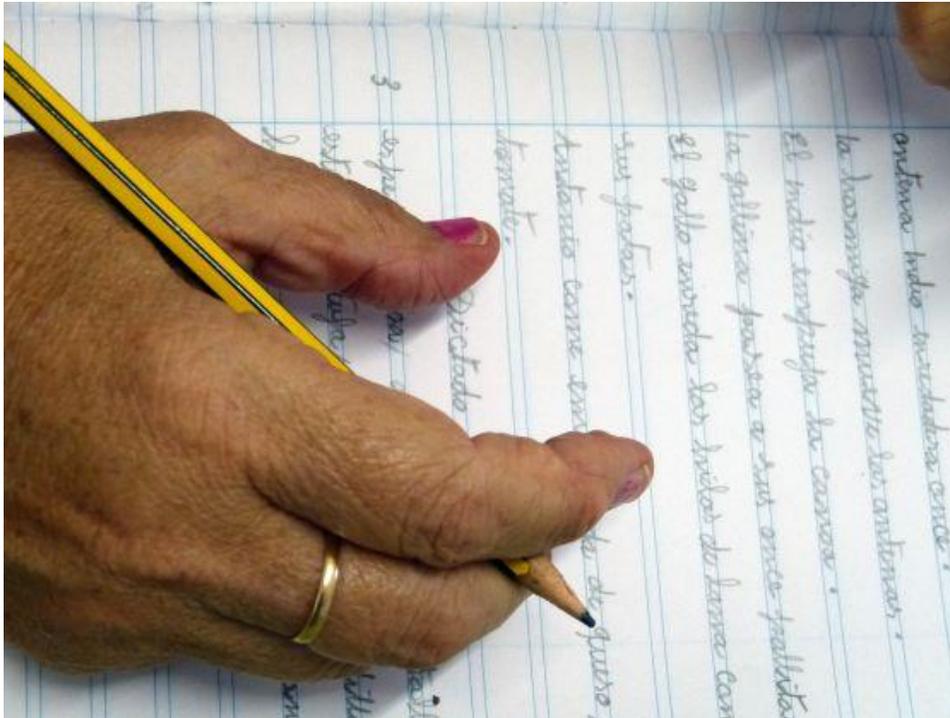
Abstract: This article aims to show that the spatial distribution of women of economically active age and of illiterate adults may be elements underlying the indicators of the Education Dimension of the Municipal Human Development Index (HDI-M) in the municipalities of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. In order to do so, it bases on the concepts of Agency and Agency for Women (Amartya Sen) and Cultural Capital (Pierre Bourdieu) and on quantitative methodology. The results support the theoretical assertions of these authors, highlighting that a greater presence of women of that age group goes hand in hand with a better performance in the HDI-M Education and, conversely, the greater presence of illiterate adults represents worse results of this indicator. Therefore, the study brings out the need of more attention to gender and adult literacy issues in the discussing of local and/or regional development problems.

Key words: Cultural Capital; Agency of Women; Spatial Inequalities.

* Versões prévias do presente artigo foram apresentadas e publicadas nos anais dos seguintes eventos: 3º Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2016, Blumenau; VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação, 2016, Santa Cruz do Sul e IX Seminário Internacional de Alfabetização, Ijuí. Este último evento publicou os anais em: Allebrandt L. I. e Maldaner, M. B. (org.) (2016). Agradeço pelas contribuições e comentários de Sérgio Luís Allebrandt e Aline Benso a essas versões.



** AIRTON ADELAR MUELLER é professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Brasil; Doutor em Sociologia pela *Freie Universität* Berlin – Alemanha.



Fonte: https://elpais.com/elpais/2014/09/08/planeta_futuro/1410171192_063867.html.

Acesso em: 06/04/2018.

Introdução

O artigo explora dois aspectos comumente pouco merecedores de atenção por parte da academia, dos agentes públicos formuladores de políticas públicas na área da educação e, sobretudo, por parte dos interessados na temática das desigualdades espaciais de desenvolvimento. Trata-se da distribuição espacial (entre os municípios) do número de adultos analfabetos e do número de mulheres em idade economicamente ativa. Para tanto, do ponto de vista teórico, o autor valeu-se da sociologia da educação de Pierre Bourdieu, particularmente do seu conceito de “capital cultural”, bem como das noções de “agência e “agência das mulheres” desenvolvidas por Amartya Sen. Indicadores destes conceitos são apresentados e confrontados, via metodologia quantitativa, com os valores municipais dos subíndices da dimensão

“educação” do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) referentes ao ano 2010.

Os resultados mostram que os municípios gaúchos apresentam realidades bastante díspares quanto aos indicadores de educação utilizados neste estudo e que há considerável desigualdade na distribuição espacial de adultos analfabetos e de mulheres em idade economicamente ativa. Discute-se, à luz da teoria, que, entre outros fatores, tal distribuição possa estar subjacente ao desempenho escolar e, conseqüentemente, aos díspares indicadores de educação alcançados pelos municípios gaúchos. Isto revela a necessidade de atenção específica a estes pontos no Rio Grande do Sul, mas também em outros estados brasileiros, na medida em que os possíveis mecanismos causais aqui discutidos possam ser

também verificáveis em outros contextos.

Herança de Capital Cultural e desempenho escolar

Glenn Loury, em seu texto *A Dynamic Theory of Racial Income Differences* (LOURY, 1977), onde são discutidas as diferenças de rendimentos dos trabalhadores negros e brancos nos Estados Unidos, destaca que até então se explicava-as como sendo basicamente um aspecto de ordem individual, resultado das diferenças de capital humano (educação formal e experiência laboral). Tal foco estaria a mostrar o porquê das diferenças de rendimentos, mas não em que condições eram feitos os investimentos em capital humano, uma vez que nas áreas habitadas pelos negros a qualidade da educação seria nitidamente inferior. Assim, o contexto de pobreza dos pais negros seria transmitido aos filhos sob forma de recursos materiais reduzidos, piores oportunidades de educação e falta de informação sobre oportunidades por parte dos jovens negros devido a suas relações mais pobres com o mercado de trabalho. Ambos os fatores estariam a contribuir para a manutenção das desigualdades.

Portanto, não haveria um campo nivelado de competição em função das desigualdades de oportunidades e recursos, próprios de cada contexto social. Em outros termos, a concepção meritocrática de que em uma sociedade livre cada indivíduo ocupa a posição social conforme seus próprios méritos estaria em franco conflito com o fato de que ninguém percorre seu caminho completamente só. O que implica que o contexto social no qual cada indivíduo cresce e vive condiciona fortemente suas reais possibilidades de ação e realização.

Tal crítica à visão meritocrática aplicada ao contexto escolar foi amplamente empreendida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2011 e 1983; BOURDIEU & PASSERON 1982). Sua postura implicaria “ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeitos das ‘aptidões’ naturais quanto às teorias do ‘capital humano’” (BOURDIEU, 2011, p. 73). Estas teorias ignorariam, entre outras coisas, que o rendimento escolar “depende do capital cultural previamente investido pela família [...]” (74). Ou seja, os teóricos do capital humano “ignoram que a ‘aptidão’ ou o ‘dom’ são também produtos de um investimento em tempo e em capital cultural (p. 73).

Para Bourdieu, o termo “capital” é preciso ser empregado no plural, daí que o autor aponta, entre outros, a existência dos capitais econômico, social e cultural e ressalta suas interconexões enquanto mecanismos de reprodução das disparidades sociais. O capital econômico manifestar-se-ia nas mais distintas formas de bens materiais, podendo ser diretamente convertido em dinheiro e institucionalizado na forma de títulos de propriedade. O capital social seria o conjunto de recursos mobilizáveis em função da posse de uma rede durável de relações ou, em outros termos, em função da vinculação a determinado grupo. O capital cultural, por sua vez, manifestar-se-ia em três diferentes formas: incorporada, objetiva e institucionalizada. Na forma incorporada se verificaria por meio das competências de um indivíduo no sentido cognitivo e seu gosto no sentido estético. Assim, tal forma está presa ao corpo biológico da pessoa e sua aquisição/acumulação requer a ação do próprio indivíduo, como por exemplo, investindo seu tempo frequentando aulas e cursos. Na forma objetiva ele se manifesta em bens

culturais, como livros, obras de arte, instrumentos, etc. Sua posse seria transmissível de uma pessoa para outra, geralmente com o uso de capital econômico. Entretanto, somente sua posse jurídica seria transmissível, a capacidade de apreciação de uma obra de arte ou o uso de um instrumento, por exemplo, seriam dependentes da posse de capital cultural incorporado. Na forma institucionalizada ele se manifestaria na objetivação, em forma de títulos e certificados, do capital cultural incorporado.

Com relação à educação, tem relevância destacada na teoria da reprodução das desigualdades desenvolvida pelo autor o conceito de capital cultural. O capital econômico e o capital social funcionariam como meios auxiliares de acumulação deste capital cultural (NOGUEIRA, 2002). Segundo Bourdieu (2011, p. 67)

a noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o ‘sucesso escolar’, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe.

Ou seja, a análise do autor parte da existência de uma sociedade estruturada em classes sociais. A partir dessa estrutura o autor chama atenção à transmissão doméstica do capital cultural inerente a cada uma das classes (baixa, média, alta). Dentre elas, as classes altas (elites) seriam as privilegiadas neste sentido, uma vez que possuem também maior quantidade de outros capitais que podem ser transformados em capital cultural,

fazendo com que a capital cultural a ser transmitido para os descendentes seja proporcionalmente maior se comparado ao que as demais classes têm a transmitir.

Neste sentido Bourdieu (2011) menciona o “efeito Arrow generalizado”. Todos os bens culturais (quadros, monumentos, objetos trabalhados, etc.), que fazem parte do meio ambiente natal exerceriam um efeito educativo por sua simples existência. Portanto, um ambiente natal/familiar rico em bens culturais objetivados exerceria um efeito educativo constante nos filhos, transformando-se em capital cultural incorporado. Além disso, a acumulação inicial de capital cultural se daria desde o nascimento, sem atraso. O que faria com que o tempo de acumulação seja igual ao tempo de socialização. Desta forma, as desigualdades em termos de capital econômico resultariam em disparidades de capital cultural. “Segue-se que a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital [...]” (BOURDIEU, 2011, p. 76).

Além disso, seria a cultura das classes altas aquela tida como universal e legitimada pelo sistema de ensino. Daí que os filhos dessas classes altas, no contexto escolar, se deparariam com sua própria cultura, estando, assim, já familiarizados com a mesma. Já para os membros das classes baixas, tal realidade representaria um mundo muito menos familiar. O que teria como efeito a maior possibilidade de êxito escolar por parte dos membros das elites.

Um terceiro mecanismo pelo qual surgiriam desigualdades em termos de “sucesso escolar” seria o próprio investimento que cada classe social faria na educação dos filhos. As classes populares, menos providas das várias formas de capital, tenderiam a investir menos em capital cultural do que as

classes média e alta. Isto, de um lado, pela própria escassez de capitais a serem investidos, e de outro, pela percepção implícita de que em função da condição desprivilegiada existiriam menores chances de sucesso no mercado escolar. Daí que as próprias expectativas de futuro (aspirações) para os filhos seriam mais modestas para as classes mais baixas.

Diante destas considerações parece plausível propor que a maior presença de adultos analfabetos em um município deve estar associada de maneira negativa com indicadores de educação no nível municipal. Isto porque os adultos analfabetos, além de serem escassos possuidores de capital cultural, possivelmente são também escassos possuidores de outras formas de capital, especialmente econômico e isto pode se refletir negativamente no desempenho escolar de seus descendentes, dados os mecanismos de transmissão e formação de capital cultural acima descritos. Em outros termos, quanto maior for a presença de adultos analfabetos em dado município, é provável que o desempenho escolar das crianças seja pior e vice-versa.

O papel de agente das mulheres

O ganhador do prêmio Nobel de 1998, o economista indiano Amartya Sen, dentre outras contribuições teóricas, destaca o conceito de “agência” (*agency*) e ressalta sua importância na obtenção e análise de processos de desenvolvimento. Segundo Sen (2000) *agency* representa a liberdade de ser protagonista, de tomar decisões relativas à própria vida e de ser capaz de influenciar o mundo. Um agente é “alguém que ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos [...]” (SEN, 2000, p. 33). Os indivíduos são “vistos como agentes ativos de mudança, e não como

receptores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p. 11). Neste mesmo sentido, o autor fala da “condição de agente das mulheres” (*agency of women*) e do seu papel crucial nos processos de desenvolvimento. Para ele

[...] as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2000, p. 220-21, destaque no original). O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual (SEN, 2000, p. 234).

O papel positivo da “agência” das mulheres se daria, especialmente, sobre a melhoria das condições de vida delas próprias e de seus filhos. Sobretudo em condições de extrema pobreza mulheres (mães) com mais voz ativa, tenderiam a evitar a negligência da nutrição infantil e de outros aspectos relativos ao bem-estar e à saúde dos filhos. Isto também poderia ocorrer via formulação de políticas públicas na medida em que mulheres tenham voz ativa. Desta forma, o ganho de poder das mulheres poderia, entre outros ganhos sociais, reduzir significativamente a mortalidade infantil, bem como a própria taxa de natalidade. Mulheres com mais poder tenderiam a decidir com mais autonomia sobre a gestação. O que poderia se refletir na qualidade de vida dos filhos e também na própria vida das mulheres na medida em que não dediquem sua vida apenas ao papel reprodutivo. Além disso, a própria ampliação do nível educacional e de renda, teria um impacto pedagógico de ampliação dos horizontes e, assim, na prospecção de novas perspectivas à vida das mulheres.

Desta forma, se há distribuição espacial desigual de mulheres, seria de se esperar que haja uma associação positiva entre presença de mulheres e níveis de educação infantil em um município. O simples número de mulheres pode, todavia, não ter impacto positivo por si só. Isto depende justamente de sua condição de agente. Se esta condição for limitada, o impacto pode ser negativo. Ou seja, se mulheres forem, em geral, menos instruídas e simultaneamente com pouco espaço no mercado de trabalho, ou com rendimentos menores que o de homens, sua maior presença em um município terá efeito negativo sobre indicadores de renda e educação, por exemplo. Porém, de outro modo, se há distribuição desigual no número de mulheres e homens entre os municípios, uma das causas pode ser a migração seletiva. As causas para isso podem ser as mais diversas, mas se elas migram voluntariamente, significa que vão na direção de onde seu bem-estar e sua condição de agente serão, presumivelmente, melhores. Portanto, seu papel de agente se vê potencializado no local de destino. Então, é no local de destino que se verificarão os efeitos positivos decorrentes de sua “agência” sobre o bem-estar delas próprias e, particularmente, dos filhos.

Há que se atentar também para a faixa etária a ser considerada. Isto porque dentre os beneficiários da “agência” das mulheres estão também crianças e idosos do sexo feminino. Além disso, Sen (2000) destaca que a participação ativa no mercado de trabalho por parte das mulheres potencializa sobremaneira seu potencial de agentes transformadoras. Por estes motivos se trabalha aqui somente com a mulheres compreendidas entre a faixa etária de 15 a 64 anos.

Tendo em vista os múltiplos mecanismos pelos quais a “agência” das mulheres

pode beneficiar o bem-estar infantil, nos parece plausível esperar que a maior presença de mulheres na faixa etária entre 15 e 64 anos nos municípios deve estar associada positivamente com os respectivos indicadores de educação no nível municipal.

Dados, metodologia e variáveis

Quanto às informações demográficas (percentual de mulheres em idade economicamente ativa) foram usadas informações disponíveis no sítio eletrônico da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE). Os demais dados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD) de 2013, cujo ano de referência dos dados é 2010. O conjunto dos dados aqui trabalhados abrange os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul existentes no mesmo ano de 2010. A metodologia empregada é quantitativa, baseando-se em estatística descritiva (percentuais, médias, mínima, máxima e desvio padrão) e, sobretudo, em correlações bivariadas. A análise dos dados foi feita com uso do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 18.

Como indicadores de educação utiliza-se os valores da dimensão Educação do IDHM e seus subíndices. O IDHM é composto pela média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais (PNUD, 2013). Seus valores variam de zero a um, sendo que valores baixos (mais próximos a zero) representam pior desempenho e valores altos (mais próximos a um) representam melhor desempenho. A dimensão Educação do IDHM é formada pela média geométrica do subíndice de “frequência de crianças e jovens à escola”, com peso de 2/3, e do subíndice de “escolaridade da população adulta”, com peso de 1/3 (PNUD, 2013). Tendo em vista tratar-se de uma média,

importa dar atenção aos subíndices em separado. Estes são constituídos conforme descrito a seguir.

Subíndice de frequência escolar de crianças e jovens (Ed_Jovem): representa a frequência de crianças e jovens à escola em séries adequadas à sua idade. É obtido através da média aritmética simples de 4 indicadores: % de crianças de 5 a 6 anos na escola, % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental, % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o ensino médio completo (PNUD, 2013).

Subíndice de escolaridade da população adulta (Ed_Adulta): representa “o nível de escolaridade da população adulta. É obtido pelo indicador: % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo (PNUD, 2013).

Dentre estas duas formas de se medir aspectos da educação no nível municipal é de se esperar que especialmente o subíndice de “frequência escolar” (*Ed_Jovem*) seja relevante para evidenciar as possíveis associações empíricas sugeridas pela discussão teórica precedente. Isto porque é por intermédio deste subíndice que são captadas informações sobre aqueles que mais diretamente possam estar sendo afetadas pela “agência” das mulheres e, de um modo mais geral, pelo capital cultural dos adultos.

Analfabetos: Percentual da população municipal composta por adultos analfabetos acima de 25 anos de idade. Por analfabetos o PNUD entende aqueles adultos que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. Este indicador visa captar a escassez de capital cultural a ser transmitido às gerações mais novas. O que deve se refletir de maneira negativa nos índices de educação municipal, particularmente evidenciando uma

correlação negativa com o subíndice de “frequência escolar” (*Ed_Jovem*).

Mulheres: Trata-se do percentual de mulheres em idade economicamente ativa (15 até 64 anos de idade) no total da população de cada município. Baseados na argumentação teórica desenvolvida, espera-se que esta variável esteja associada de maneira positiva com os indicadores de educação em questão.

Percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos no total de mulheres chefes de família (Mães_Fund): Uma forma adicional de evidenciar a importância da “agência” das mulheres e também do capital cultural na educação infantil é concentrar-se em uma parcela das mulheres que tenham uma “agência” presumivelmente bastante restrita e também baixo capital cultural. É o que a presente variável busca captar. À presente variável devem, portanto, estar subjacentes tanto os mecanismos apontados por Bourdieu, quanto por Sen, e podem, assim, se refletir negativamente em aspectos da educação infantil. Daí que se supõem que tal variável, ao contrário do que possivelmente deve mostrar a variável “mulheres”, apresente correlações negativas particularmente com o subíndice de “frequência escolar” (*Ed_Jovem*).

IDHM Renda. Indica a renda *per capita* da população municipal no ano de referência. Inclui-se esta variável no intuito de verificar as associações entre capital econômico e capital cultural, mediado pelos indicadores de educação. Além disso, visa-se averiguar as supostas associações positivas da maior presença de mulheres nos municípios com a maior renda *per capita*. O que, em caso afirmativo, estaria a indicar que a distribuição espacial de mulheres pode

implicar ampliação de seu potencial de agentes.

As relações do IDHM-Educação com a distribuição espacial dos adultos analfabetos e das mulheres em idade economicamente ativa

Este item mostra os resultados da análise empírica. De início são apresentadas estatísticas descritivas para as variáveis em estudo. Isto visa demonstrar, primeiramente, as diferenças entre municípios no que tange ao nível de educação e renda. Em seguida, a desigual distribuição de mulheres e de adultos analfabetos no território gaúcho é evidenciada. Na sequência são mostradas as correlações bivariadas entre as variáveis com o intuito de observar a pertinência, ou não, das proposições teóricas discutidas.

A tabela 01 evidencia que ao tomarmos o conjunto dos municípios gaúchos se tem um índice médio de 0,42 para o

subindicador “escolaridade da população adulta” (*Ed_Adulta*) e de 0,72 para a frequência escolar de crianças e jovens (*Ed_Jovem*). Já para o caso do IDHM Renda a média também é de 0,72¹. Merece destaque a diferença entre os mínimos e os máximos destas variáveis, o que permite uma noção da disparidade entre municípios quanto a estes fatores.

Quanto à “*Ed_Adulta*” o município de Barão do Triunfo apresentou o pior resultado (0,21). Resultados muito semelhantes apresentaram os municípios de Sério e Dom Feliciano. Um total de 43 municípios apresentou valores abaixo de 0,30 neste subíndice. Na outra extremidade encontra-se o município de Porto Alegre, apresentando o valor máximo (0,75) neste quesito. A capital do estado é, aliás, o único município com resultados acima de 0,70. Outros 18 municípios apresentam bons resultados (abaixo de 0,70 e acima de 0,599).

Tabela 01: Estatística descritiva das variáveis estudadas

	M*	SD	MD	Min	Max
Ed_Adulta	,042	0,10	0,41	0,21	0,75
Ed_Jovem	,072	0,07	0,72	0,50	0,91
Analfa25	8,10	4,06	0,77	1,10	24,77
Mulheres	33,90	1,53	33,82	28,72	37,70
Mães_Fund	13,52	6,70	12,73	0,00	39,92
IDHM_Renda	0,72	0,04	0,72	0,60	0,87

Fonte: Elaboração própria. *M: Média; SD: Desvio Padrão; MD: Mediana; Min: Mínimo; Max: Máximo.

Quanto à “frequência de crianças e jovens (*Ed_Jovem*) o município de Charrua apresenta a mínima do estado. Este valor equivale a um subíndice de 0,50, bem acima, no entanto, do valor

mínimo de “*Ed_Adulta*” (0,21). Um total de 26 municípios podem ser considerados os piores neste quesito, apresentando valores abaixo de 0,60. Já os municípios de Victor Graeff (0,912),

¹ Note-se que em função de se tratar de uma média de todos os municípios, estes valores são distintos daqueles que tomam o estado como um

todo. O IDHM_Renda do Rio Grande do Sul é de 0,769, já as demais duas variáveis apresentam 0,563 (*Ed.Adulta*) e 0,686 (*Ed.Jovem*).

Nova Boa Vista (0,908), Ipiranga do Sul (0,907), Vanini (0,903) e Lagoa dos Três Cantos (0,902) são os mais bem colocados no que tange à educação de jovens e crianças.

Já para o aspecto renda tem-se o valor mínimo (0,60) no município de Benjamin Constant e o máximo (0,87) mais uma vez em Porto Alegre. Um total de 15 municípios apresenta resultados acima de 0,80, já entre os piores, tem-se um total de 23 municípios com valores abaixo de 0,65 nesta dimensão do IDHM.

O percentual de adultos analfabetos acima de 25 anos de idade, de mulheres entre 14 e 65 anos e de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos mostra, respectivamente, as seguintes médias: 8,10%, 33,90% e 13,52%. Mais uma vez aqui estão em primeiro plano as disparidades entre os municípios quanto a estes aspectos da realidade social.

Se de um lado existe um município como Feliz, onde apenas 1,10% da população é composta por adultos analfabetos, de outro existe o município de Lagoão, onde este número beira os 25%. Acima de 20% há ainda os municípios de Lajeado do Bugre (22,40), Fontoura Xavier (21,40), São José do Norte (21,30), Redentora (21,70), São José do Herval (21,00). Entre 20% e 15% de adultos analfabetos há 24 municípios, já entre 15 e 10% há outros 117 municípios. Isto evidencia a dimensão do analfabetismo de adultos em um grande número de municípios, o que, a despeito dos possíveis reflexos deste fenômeno sobre a educação infantil, por si só mereceria atenção especial por parte das respectivas instâncias políticas.

Quanto ao percentual de presença de mulheres entre a faixa etária dos 15 aos

64 anos destaca-se município de Redentora, onde apenas 28,72% do total da população é composto por este grupo. Abaixo de 30% encontram-se, além de Redentora, os municípios de Benjamin Constant do Sul (29,22) e Monte Alegre dos Campos (29,63). Na faixa dos 30% aos 35% encontram-se 370 municípios. Acima de 35% há um grupo de 124 municípios. Nestes encontra-se Porto Alegre, onde o percentual chega aos 37,7%, sendo este município o mais bem representado por esta faixa etária de mulheres.

Finalmente, com relação à presença de mães chefes de família sem ensino fundamental e que tenham pelo menos um filho menor de 15 anos de idade no total de mulheres chefes de família (Mães_Fund) se percebe uma média municipal de 13,52%. Há, entretanto, municípios onde este número é de zero, como é o caso de Montauri, e municípios onde este número é de aproximadamente 40%, como é o caso de Xangrilá. Percentuais consideravelmente baixos (abaixo de 1%) apresentam ainda os municípios de Canudos do Vale (0,60), Coqueiro Baixo (0,82) e Três Arroios (0,96). De outro lado, fazem companhia a Xangrilá (valores acima de 30%) os municípios de Capela de Santana (39,26), Jaquirana (37,86), São José dos Ausentes (31,24), Cerro Grande do Sul (31,05), Santa Clara do Sul (30,7) e Boa Vista das Missões (30,54). Existem 85 municípios que apresentam 30% a 20% das mulheres chefes de família vivendo nestas condições, outros 235 mostram números na faixa dos 20% aos 10% e outros 170 abaixo de 10%, incluindo os já citados abaixo de 1%.

Com relação às correlações bivariadas apresentadas na tabela 2 merece destaque, primeiramente, que todas as correlações com IDHM_Renda tendem a confirmar a estreita associação entre

renda (capital econômico) e educação (capital cultural). Ou seja, onde a renda é mais alta, são também mais altos os indicadores de educação dos adultos (0,55) e jovens (0,50). Onde há mais adultos analfabetos, a renda tende a ser mais baixa (-0,7). O que evidencia que são estes analfabetos que provavelmente

têm baixa renda. Na mesma direção aponta a correlação negativa (-0,35) entre “Mães_Fund” com o indicador de renda municipal. Isto tende a confirmar que estas mães, além de possuírem baixo capital cultural, tendem a possuir também baixo capital econômico.

Tabela 2: Correlações bivariadas entre as variáveis em estudo

	Ed_Adulta	Ed_Jovem	Analfa25	Mulheres	Mães_Fund
Ed_Jovem	,142**	1			
Analfa25	-,584**	-,404**	1		
Mulheres	,740**	,276**	-,590**	1	
Mães_Fund	,084	-,573**	,215**	-,044	1
IDHM_Renda	,546**	,499**	-,694**	,552**	-,348**

Fonte: elaboração própria. **Correlação significativa ao nível 0,01 (bilateral). N: 496.

Já a correlação positiva (0,55) entre “Mulheres” e “IDHM_Renda”, aponta que onde há mais mulheres na faixa etária entre 15 e 64 anos, há tendencialmente também maior renda. De maneira semelhante pode ser lida a correlação negativa entre “Mulheres” e “Analfabetismo” (-0,60) e também a correlação positiva de “Mulheres” com o subíndice de escolaridade dos adultos (0,74). O que significa que onde há mais mulheres nesta faixa etária, há menos analfabetos e, conseqüentemente, valores mais elevados no que tange à educação dos adultos. Em termos gerais, isto tende a apontar que a concentração de mulheres em determinados municípios está acompanhada de um nível maior de escolaridade e de renda de toda a população de adultos, na qual elas próprias estão inseridas.

Dito em outros termos, isto significa, em primeiro lugar, que onde há concentração de mulheres também elas

tendem a ter maior capital econômico e cultural e, conseqüentemente, tendem a ver seu papel de agentes transformadoras potencializado. Desta forma, em segundo lugar, é plausível supor um efeito positivo desta “agência” potencializada sobre a educação das crianças e jovens. Embora a correlação entre “Mulheres” e “Ed_Jovem” não seja das mais fortes (0,28), seu sinal é positivo e aponta para a tendência de confirmar esta suposição teórica.

Mais consistentes nesta direção são, todavia, os resultados da correlação entre a variável “Ed_Jovem” com a variável que capta de maneira conjunta a carência de capital econômico e de capital cultural (variável “Mães_Fund”). Conforme esperado, esta correlação se mostrou negativa e forte (- 0,57). Isto aponta que particularmente a pobreza e a baixa educação das mães representam baixo capital econômico a ser revertido em capital cultural delas próprias e baixo

capital cultural a ser herdado pelos filhos. Além disso, tal condição socioeconômica pode restringir a condição de agente destas mulheres, o que no seu conjunto permite supor efeitos negativos contundentes sobre a educação de jovens e crianças. O que, por sua vez, pode significar reprodução da desigualdade social.

Considerações finais

Este artigo busca chamar atenção ao fato de que a distribuição espacial (entre municípios do Rio Grande do Sul) das mulheres em idade economicamente ativa e dos adultos analfabetos podem ser elementos subjacentes aos resultados dos indicadores de educação apresentados por estes municípios no IDH-M de 2010. Partiu-se das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu (particularmente de sua noção de Capital Cultural) e de Amartya Sen (particularmente de sua noção de “agência das mulheres”) para a análise e interpretação dos dados e resultados apresentados.

Primeiramente buscou-se mostrar de maneira panorâmica a distribuição espacial das mulheres em idade economicamente ativa e dos adultos analfabetos. Em seguida, se mostrou a estreita associação entre renda e educação. O que tende a corroborar as reflexões de Bourdieu quanto à conversibilidade de uma forma de capital em outra. Neste sentido, tanto o baixo capital econômico, quanto o baixo capital cultural mostraram-se associados podendo e impactar negativamente o desempenho dos índices de educação.

Particularmente isto tem apoio nos dados da tabela 2 quando se observa a correlação negativa entre adultos analfabetos (Analfa25) e o subíndice do IDH-M que capta o desempenho das crianças (Ed_Jovem). Embora a variável Mães_Fund não trate especificamente de

adultos analfabetos, ela também capta a correlação negativa entre baixa escolaridade (somada à baixa renda) de adultos e baixo desempenho escolar de crianças e jovens, somando-se, assim, às evidências que sustentam a argumentação teórica em questão. Ou seja, a temática do analfabetismo e/ou baixa escolaridade de adultos não pode ser considerada secundária, tendo em vista as duradouras repercussões na educação das gerações futuras.

Especificamente quanto ao papel de agente das mulheres esta combinação de baixo capital econômico e baixo capital cultural resulta em uma “agência” restrita. De outro lado, a distribuição desigual de mulheres entre os municípios, resultado provavelmente de movimentos migratórios, mostra que a maior concentração de mulheres em idade economicamente ativa se dá em municípios onde os níveis de renda e educação são mais elevados. Dessa forma, deduz-se que o deslocamento espacial de parte das mulheres resulte em ampliação de sua “agência”. O que, segundo Amartya Sen, se reflete no bem-estar delas próprias e dos seus filhos. Os resultados apresentados tendem a confirmar tal assertiva teórica.

Isto também é corroborado pelo amplo estudo realizado por Rego e Pinzani (2013) no qual apontam o empoderamento, o ganho de dignidade e de autonomia de mulheres em função de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. De outro modo, os resultados tendem a adiantar possíveis efeitos deletérios da recente extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres no estado do Rio Grande do Sul (SUL21, 2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Dos Direitos Humanos (BRASIL, 2016).

Ou seja, segundo as teorias que embasam esta discussão, melhorar (ou piorar) o

bem-estar e a condição de agente das mulheres hoje, pode ter repercussões de longo prazo, estendendo-se por gerações.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que podem ser justamente aqueles municípios mais carentes de desenvolvimento, particularmente no que tange à educação de crianças, aqueles que perdem o potencial de agentes transformadoras destas mulheres que emigraram. Por outro lado, aqueles municípios receptores, que possivelmente já se encontram em condição de desenvolvimento melhor, passam a contar com a contribuição positiva da “agência” potencializada das mulheres.

Se as conclusões deste estudo podem ser consideradas válidas para o caso do Rio Grande do Sul, seriam elas igualmente válidas em outros contextos? Supondo-se que sim, tem-se aqui fortes indicativos de que tanto a distribuição espacial das mulheres em idade economicamente ativa e dos adultos analfabetos carecem de atenção por parte da academia e dos formuladores de políticas públicas. Trata-se de aspectos cujas implicações transcendem a área da educação, evidenciando tratar-se de temas cujas implicações envolvem também o desenvolvimento de uma maneira mais ampla e, particularmente, envolvem as desigualdades espaciais de desenvolvimento.

Referências

ALLEBRANDT, Lídia I. e MALDANER, Maridalva B. (Org.). **Alfabetização numa relação intercultural**. Ied.Ijuí: Unijuí, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. São Paulo: Vozes, 2011. pp. 72-79.

BOURDIEU, Pierre. *Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, sozial Kapital*. In: KRECKEL Reinhard (org.): In: **Soziale Ungleichheiten**. (Soziale Welt Sonderband 2), Göttingen: 1983. pp. 183-198.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. Mediada Provisória N° 726, de 12 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016, Edição Extra, Seção 1, p. 1.

FEE (Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul). **População**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/apresentacao/>. Acesso em: 24.09.2015.

LOURY, Glenn. *A Dynamic Theory of Racial Income Differences*. In: P. A. Wallace, P.A/LaMond, A. (Hrsg). **Women, Minorities and Employment Discrimination**. Lexington Books, 1977. p. 153-186.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, abril/2002.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/. Acesso em: 20.09.2015.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SEN Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SUL21. **Aliados de Sartori aprovam extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/aliados-de-sartori-aprovam-extincao-da-secretaria-de-politicas-para-mulheres/>. Acesso em: 27.09.2015.

Recebido em 2018-03-30
Publicado em 2018-04-14